

TERRITÓRIOS EM DISPUTA: Camponeses e agronegócio no Nordeste do Pará¹

Cátia Oliveira Macedo²
 Lyara Carlyle Carneiro Brito³

Resumo

A instalação do agronegócio de palma no Nordeste do Pará criou conflitos territoriais com os camponeses da região, provocando uma série de alterações socioambientais. Este artigo objetiva entender como se constitui a resistência camponesa ao avanço dos campos de dendê na PA-140, enfocando o cotidiano de três comunidades dos municípios de Bujaru e Concórdia do Pará. Para tal, aplica-se a ideia de *habitus* de classe camponês para diferenciar territorialidades, evidenciadas na caracterização dos territórios camponeses e capitalistas. O cenário das políticas favoráveis aos agrocombustíveis no Brasil permite a análise dos discursos de dominação e de resistência como recursos de afirmação territorial. O esforço reflexivo desvela mecanismos de defesa do território (material e simbólico) através da preservação do modo de vida camponês.

Palavras-chave: Território, Resistência, Dendê.

Introdução

Este trabalho se propõe a discutir as estratégias de resistência construídas pelos camponeses no embate com o agronegócio do dendê. A pesquisa priorizou os municípios de Bujaru e Concórdia do Pará, em particular as Comunidades do Cravo, Km 35 e Km 40 (também chamada de Nova Esperança). A escolha se deve a proximidade entre elas e o terreno da Biovale⁴, que, sendo descontínuo, se estende por vários quilômetros na PA-140.

As atividades ligadas ao dendê geram interferências em vários âmbitos das comunidades, da organização produtiva até impactos ambientais, afetando diretamente os processos sociais dos sujeitos e ameaçando os territórios de vida das comunidades à medida que pressionam camponeses a reconfigurações regidas pelo mercado. Tal contexto tornou importante o estudo da reação camponesa à territorialização capitalista, levantando a seguinte inquietação: como se constitui a resistência camponesa ao avanço dos campos da palma?

¹ Pesquisa desenvolvida no projeto PIBIC/CNPq – 2017.

² Professora Dr. do curso de Licenciatura Plena em Geografia da Universidade do Estado do Pará (UEPA), coordenadora do Grupo de Pesquisa Territorialização Camponesa na Amazônia (GPTECA) e orientadora do projeto PIBIC/CNPq. E-mail: catiamacedo@yahoo.com.

³ Graduanda em Geografia na Universidade do Estado do Pará (UEPA), bolsista PIBIC/CNPq. Vinculada ao Grupo de Pesquisa Territorialização Camponesa na Amazônia (GPTECA). E-mail: lycarlyle@gmail.com.

⁴ Referimo-nos a Biopalma da Amazônia S.A. Reflorestamento Indústria e Comércio, empresa responsável pelo dendezal na região. É chamada aqui de Biovale devido ao consórcio com a Companhia Vale do Rio Doce efetivado em 2009. A Vale possui atualmente mais de 90% das ações da empresa.

No que concerne à metodologia, realizou-se levantamento bibliográfico para construção teórica. O debate tem o território como conceito principal, considerando suas derivações, como a territorialização, a desterritorialização e a reterritorialização, de acordo com os geógrafos Haesbaert (2014) e Souza (2013). Para identificar a diferença das territorialidades e, por isso também, compreender o conflito gerado por elas, buscou-se as ideias de *habitus* de classe de Rosemeire Almeida (2001/2004; 2006), autora que define uma identidade de grupo com rebatimentos territoriais.

O cenário conflitivo revela as resistências abordadas aqui a partir das referências de Scott (2002; 2013). Outros autores ajudam a entender contextos mais amplos, como o jogo econômico (VERGÉS, 2011), a expansão capitalista no campo (MARTINS, 1986), a reprodução contraditória do capital na sua relação com o campesinato (OLIVEIRA, 1996) e a introdução dos agrocombustíveis no Brasil (CAFEZEIRO, 2011; OLIVEIRA, 2011).

Além disso, trabalhos de campo realizados entre janeiro e agosto de 2017 permitiram uma aproximação com aspectos das vivências locais, assim como a compreensão das relações e conflitos constituídos a partir da territorialização do grupo empresarial pertencente à Vale⁵. Como fonte imprescindível cita-se os relatos dos moradores que, em conversas informais, abordaram pontos como a produção, o trabalho e o papel das associações de agricultores. No total, foram entrevistadas vinte e uma pessoas das três comunidades.

Habitus de classe: modo de vida camponês e a terra

As ações da Biovale e as alterações provocadas na região, embora consideráveis para a compreensão da problemática, não são questões centrais. Esta análise se volta às práticas ligadas a base identitária que caracteriza o modo de vida⁶ camponês. A existência do campesinato enquanto classe não é questionada, ao contrário, é evidenciada principalmente na

⁵ “A Biopalma é uma empresa produtora de óleo de palma, possui quatro polos de produção na região do vale do Acará e baixo Tocantins no Pará.” (disponível em <http://www.biopalma.com.br/quem-somos>). A instalação do polo Concórdia ocorreu em 2006, quando a agroindústria comprou terrenos para o cultivo de dendê e estabeleceu a firma no km 51 da PA-140.

⁶ Marques (2008, p. 59) apoia-se na teorização de Shanin (1979) ao defender que o modo de vida é a manifestação de “padrões de relações sociais distintos”. No caso do camponês, assevera a autora, há uma especificidade organizacional que distingue esse grupo social dos demais.

sua luta contra atos capitalistas, sejam eles de subordinação à formalidade do capital, exploração na relação desigual do comércio de produtos⁷, assalariamento ou de expropriação.

Considera-se, então, a possibilidade de diferenciação entre grupos e a ligação entre a existência do campesinato e sua resistência ao modelo que tenta subjuga-lo. Entende-se por diferenciação a observação de que cada grupo tem uma forma própria de comportamento, de vida. Esta particularidade constrói uma identidade ao forjar práticas e torná-las características, por isso perceptíveis e, de certa forma, classificatórias, distintas.

A este conjunto de ações, esta coesão comportamental que agrupa indivíduos e os identifica de forma ampla, chama-se *habitus*. Almeida (2001/2004) concorda com a visão de Bourdieu sobre o *habitus* transitar entre o individual e a sociedade, sendo perpetuado através da absorção de ensinamentos historicamente aprendidos e transmitidos, ao mesmo tempo em que passíveis de remodelações para sobreviver a novas circunstâncias. Nas palavras da autora, “o *habitus* é o sistema de disposições adquiridas por meio da aprendizagem do sujeito que diante de situações novas, pode gerar estratégias práticas. Isto significa dizer que ele é capaz de inventar novas formas de desempenhar velhas funções” (p. 26).

Portanto, ainda que seja uma construção histórica, o *habitus* não pode ser encarado como regras imutáveis que delimitam rigidamente o agir de certo grupo⁸. Na verdade, ele está condicionado a modificações e adaptações que o renovam ao passo que o preservam. Ou seja, “a prática dos sujeitos não é um jogo de cartas marcadas, há sempre espaço para a improvisação, ou melhor, para a transformação criadora” (Ibidem, p. 28).

Nas comunidades estudadas, apesar da mudança de algumas características em razão da necessidade de ajustes conjunturais, permitindo também a distinção entre indivíduos, os fatores centrais que garantem a manutenção do campesinato enquanto *habitus* de classe estão no âmago da resistência. Fato percebido na família de seu Jesus, 73 anos, morador do km 35,

⁷ Quem discorre sobre este assunto é Vergés (2011). Para ele, a desigualdade na compra de produtos camponeses está na condição de regulação pelo preço de custo imposta pelo capitalista. Assim, este último paga pela produção camponesa um valor mínimo que garante a reprodução simples do camponês. Porém, quando revende os produtos, os inclui na lógica de mercado do capital onde a regulação é feita pelo preço de produção, maior que o de custo, pois gira em torno do valor do lucro médio, abaixo do qual o capitalista se retira das transações. Já quando os papéis se invertem, os produtos capitalistas são vendidos ao camponês por preços acima do valor de produção, ultrapassando o lucro médio e, conseqüentemente, funcionando acima da regulação típica das relações comerciais. Configura-se uma exploração na transferência de valor apropriada pelo capitalista, pois o camponês é visto como consumidor que compra aquilo que necessita sem prescindir da lógica do lucro. Em suma, o camponês vende sua produção a preços muito baixos e compra do capitalista por valores maiores que o normal, por ação do jogo econômico do capital que busca lucro nas explorações, sem precisar assalariar o camponês para isso.

⁸ Além de Bourdieu, a autora se baseia em Trigo (1998) e Sampaio (1993) na reflexão sobre o equívoco pensamento de imobilidade do *habitus*.

que mantém o trabalho no terreno familiar⁹ para a subsistência, embora o arranjo social dos parentes apresente casos de assalariamento e até de mudança residencial para Belém. Sua fala ilustra a persistência do núcleo central do *habitus* de classe camponês:

Quando eu tinha meus doze anos, meu pai passou um tempo lá pra casa do meu padrinho. Nós passamos apenas noventa dias em Belém, porque meu pai sempre foi agricultor e ele era muito apegado com o serviço (...). Aí voltamos pro interior e continuamos uma vida de agricultura por aqui. Nós era uma geração de oito filhos, entre três filhas e cinco filhos homens. Nós trabalhávamos com agricultura que não tem máquina pesada, é só na mão né? Eu e ela [dona Eurides, sua esposa] somos aposentadas, mas nós trabalhávamos muito na roça. (...) Eu tenho os filhos, um trabalha em Belém como motorista o outro trabalha em construção em Belém. Aqui mora o Cosme e Damião, a Joana e o Sebastião. A filha mulher é professora e os filhos são agricultores. Agora lá na colônia trabalha o Deivinho [neto] e mais dois filhos nossos.

A diversificação de ocupação dos familiares relaciona-se com a redução do número de agricultores, porém, dada a importância dessa dimensão para a vida dos camponeses, a atividade persiste, passando de geração em geração o conhecimento do trabalho na terra que representa também a condição de liberdade diante do contexto econômico externo.

Nesse sentido, Almeida (2006) aponta a terra, a família e o trabalho como os três aspectos fundamentais para a reprodução camponesa. Estes são intrinsecamente articulados e se complementam: para efetivar-se, o trabalho depende da posse da terra e faz-se pela e para a família, é nele também que se dá a transmissão de saberes que compõem o conjunto de especificidades da classe que faz dela camponesa (ALMEIDA, 2001/2004). Uma das mais expressivas diferenças entre o camponês e o modo de produção capitalista reside no olhar sobre a terra. Para o camponês ela é terra de trabalho e, por isso também, parte da condição de transmissão identitária.

Nas comunidades a relação com a terra representa o sustento e a segurança do suprimento alimentar, como no caso da família de dona Assunta, moradora da Comunidade Nova Esperança (km 37), que tem um cultivo muito variado no quintal, à beira da rodovia PA-140, além da colônia de produção no km 40. “A gente vende, a gente consome, a gente dá pros vizinhos comerem. Hoje, se a pessoa que trabalha na lavoura não trabalhar, tudo é comprado”, afirmou a agricultora, mãe de cinco filhos.

A terra permite o usufruto do trabalho familiar pela própria família, inclusive na comercialização do excedente, já que os próprios agricultores se articulam para vender seus

⁹ A colônia de produção da família de seu Jesus e dona Eurides se localiza na Comunidade Nova Esperança, no km 39 da PA-140. As culturas cultivadas estão especificadas em tabela na página 17 deste trabalho.

produtos em feiras de Belém, de Marituba e de Santa Isabel, sem a necessidade de um mediador. A sociabilidade camponesa também parte da terra quando compartilham a colheita com os vizinhos, estreitando laços de reciprocidade que fomentam a vivência do camponês.

O *habitus* de classe é um agente conciliador capaz de englobar o *habitus* que, por sua vez, agrupa as especificidades individuais. Portanto, o *habitus* de classe integra vários campos de ações e pensamentos, associando-os numa possível classe: a identificação parte de pontos centrais homogeneizadores, formando uma identidade camponesa, mesmo que os indivíduos e os grupos não sejam totalmente iguais. Um exemplo disto pode ser visto ao comparar falas de dois entrevistados em diferentes contextos, recortes temporais e posições geográficas:

Graças a Deus pra comer a gente tem bastante, a gente se governa. Porque a senhora sabe a gente planta o que quer e trabalha a hora que a gente acha que dá para trabalhar e quando achar que a gente esta meio doente, não vou trabalhar e ninguém vem encher o saco. Então trabalhar a gente tem que trabalhar mesmo, mas a gente trabalha por conta, então é muito melhor porque a gente se governa, é livre e o empregado eu sei que não é fácil. Então eu estou muito contente, eu e a família (Assentado no projeto São Luís no estado de Mato Grosso do Sul – Dez/2001. ALMEIDA, 2001/2004, p. 35-36).

Se as pessoas fosse lutar pra eles, tu acha que não tavam tendo frutos? Se plantar 100 pé só dele, ele ganha muito mais. Ninguém fica lá zoando. Ainda tem a zoadeira e forte, de repente eles [os patrões] se invocam e mandam a pessoa embora, é assim. Digo isso por experiência. Mas se essas pessoas que tão sendo exploradas, se parar pra pensar e plantar ao menos 100 [pé] pra si, bem cuidado, ixi caboco, fica bem na foto. (...) Exploração acontece isso. Ele [o trabalhador] vai ser escravo, vai ficar todo tempo sendo explorado, demora fica doente aí e o patrão só quer saber de você e de mim se nós tiver com uma boa saúde, porque se não tiver com uma saúde boa ele diz “ê rapaz, tu não presta mais, num dá mais, tu tá dispensado”. Ele tem muito dinheiro e o pobre não conhece os direitos, sabe nada. Até mesmo se der os direitos dele, tu cai fora de lá e pronto, o patrão não quer mais. O patrão só quer pessoa bom. É, ele não quer nenhum doente lá, vai querer doente pra quê? (Morador da comunidade Nova Esperança (km 40) de Concórdia do Pará – Trabalho de campo, Abril/2017).

Assim, os dois sujeitos manifestam o *habitus* de classe camponês no pensamento semelhante de recusa ao assalariamento, citando a conservação do trabalho na roça, defendendo o *habitus* da agricultura camponesa de subsistência e, conseqüentemente, a manutenção da base identitária.

O campesinato no Brasil é heterogêneo, mas suas diferenças se agrupam na composição do *habitus* de classe camponês que, aliás, traz a resistência no seu próprio núcleo: a família é a estrutura primordial que concentra em si a lógica de funcionamento do modo de vida, pois é a subsistência familiar o fim desejado e não o lucro; o trabalho é o meio de conseguir o sustento e a manutenção do *habitus* entre as gerações, porque ele, assim como a

terra e junto com ela, é uma herança da identidade camponesa; a terra está atrelada aos demais pontos, sendo a base para a efetivação social plena do grupo.

A existência do campesinato, para além das questões contraditórias da reprodução ampliada do capital, é um ato político contra a expansão capitalista no campo e os latifúndios monocultores e de desertos verdes. Daí as expressividades de resistência, de luta e defesa do território que é a terra, sem a qual não se pode reproduzir-se e, mais que isso, viver.

Território, dinâmicas territoriais e a disputa de forças

Para Souza (2013, p. 78), território “é, fundamentalmente, um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”, configurando-se como uma das manifestações de um espaço social e não o substrato material em si. Todavia, concordando com Haesbaert, infere-se que sua concretização se dá na materialidade. Assim, os campos de força políticos, econômicos ou culturais, duelam pelo poder de controlar uma base material. Elucida-se que território e espaço não são sinônimos, porém no último se pode enxergar o primeiro através de uma lente focalizadora, um *zoom* nos aspectos de organização espacial de disputa de poder, como propõe Haesbaert (2014) numa constelação geográfica de conceitos.

Multiescalar, o território possui diferentes formas (SOUZA, 2013), mas é usado aqui para caracterizar o espaço da prática de poder no domínio da terra pelo modo de vida. Ou seja, o território é instrumento de controle do meio viabilizador de poder e dos itens espacializados (GOMES, 2008), garantindo a territorialização e a efetivação dos objetivos de um grupo.

Para esclarecer a perspectiva assumida na interpretação e utilização de conceitos e suas relações práticas no contexto das comunidades e do embate com o agronegócio, comenta-se acerca de pontos importantes para a análise: poder, território camponês, territorialização, desterritorialização e reterritorialização.

O poder se relaciona com o controle territorial e a possibilidade de efetivação do modo de vida. Mesmo ao tratar da oposição entre camponeses e capitalistas, o poder faz referência aos espaços materiais de atuação dos grupos, e não à escala social mais ampla onde o modo de produção capitalista é hegemônico. Em outras palavras, o poder representa a organização e o controle da terra porque, como dito anteriormente, a terra é a condição de existência do *habitus* de classe camponês e vista como elemento a ser dominado pelo capitalismo.

Como território camponês considera-se o espaço organizado para a realização do *habitus* de classe que, por sua vez, recria uma identidade territorial dada a imprescindibilidade da terra. Entre outras práticas, a policultura, relações de parentesco, reciprocidades e religiosidades, são expressões do modo de vida que marcam o território e o classificam como camponês, sendo elementos diferenciadores e também de resistência. Então, o território camponês é a terra, onde o sujeito territorializado exerce um poder que o permite organizar e controlar os objetos.

A conceituação de Haesbaert (2014) acerca da dinâmica de territorialização-desterritorialização-reterritorialização aponta uma continuidade, onde uma etapa acarreta a outra sucessivamente. Assim, a territorialização é o exercício de poder na dominação de espaços. Porém, ela não é capaz de encerrar o ciclo, demandando um estado de combate e resistência às invertidas de agentes que procuram territorializar-se naquele mesmo local.

Na hipótese destes agentes subverterem a autoridade do poder efetivado anteriormente, constrói-se uma nova territorialização, desterritorializando os primeiros, já que, para Haesbaert, não existe territorialização de um sem a desterritorialização de outro. A desterritorialização é, portanto, a perda do controle do território. Seguindo a mesma lógica, os desterritorializados também buscam se reterritorializar, alimentando o embate continuamente.

Outro ponto em relação à natureza do território é que ele possui limites que não são necessariamente visíveis e podem, a nosso ver, mascarar dinâmicas de territorialização e desterritorialização. Cita-se a incorporação do campesinato no processo produtivo da Biovale, não por assalariamento, mas pela subversão da terra do camponês para o cultivo de dendê. Nesses casos, a territorialização do agronegócio não expropria o pequeno produtor, mas altera a prática da policultura voltada para alimentação (uma das marcas de um território camponês), comprometendo a autonomia da atividade na roça, pois condiciona o agricultor, em sua própria terra, a um regime de trabalho diferente daquele comum a ele, o do *habitus*.

Daí o interesse em desvelar as práticas de resistência dos camponeses, não só em relação à permanência na terra, mas também às suas formas de reprodução enquanto tais e enquanto agentes de uma territorialidade específica.

Território camponês *versus* território do agronegócio

Através da diferenciação de grupos pode-se também diferenciar os territórios. No caso do camponês verifica-se que

a propriedade familiar camponesa é uma relação não capitalista. Portanto, junto à ordem moral anticapitalista, o campesinato cultiva um *habitus* de uma economia moral, o que permite pensar outra lógica que não a da mercadoria, da coisificação, mas centrada no direito do grupo, geradora de um padrão coletivo, em vez de estratégias individualistas (COSME, 2014, p. 265).

Assim, os sujeitos costumam no espaço uma identidade de grupo que espacializa aspectos culturais, criando uma territorialidade específica. Destarte, a cultura, juntamente com a economia moral, nega o modelo capitalista e define usos diferentes da terra (ALMEIDA, 2006). É justamente nessa diferenciação que se dá o embate entre as territorialidades.

A territorialização de uma empresa capitalista altera significativamente atividades cotidianas imbricadas com a terra. Um exemplo disso foi a diminuição de familiares cuidando da lavoura, em decorrência principalmente, mas não só, do assalariamento desses trabalhadores nos campos de dendê. Seu Rosevan Pinheiro, coordenador da Comunidade do km 35 há dois anos, falou do contexto do trabalho na comunidade:

Muitos trabalham na Biovale, temos funcionários públicos também muito, temos também alguns que trabalham com a pimenta, mas a maioria é na produção de mandioca. Olha, depois que a Biovale foi instalada aí, diminuiu sim o trabalho com a mandioca, mas ela continua, só que vamos supor que uma família trabalhava com 5 tarefas de roça antes, depois passou a trabalhar com menos. Se bem que agora a Biovale demitiu muita gente e aí as pessoas voltam pra roça.

Esse cenário mostra a desconsideração dos aspectos socioculturais e os impactos causados pela empresa ao influenciar a dinâmica da produção das famílias. O assalariamento dos sujeitos pode descaracterizar seus territórios pela transformação da roça em atividade secundária ou inexistente, visto que enfraquece a identidade territorial dos camponeses na sua relação com o *habitus* da agricultura e, conseqüentemente, impede a transmissão do *habitus* de classe, facilitando a exploração do camponês pelo capitalista.

Na busca incessante pelo lucro, diz-se que o capital procura se espalhar através da subjugação de todas as formas produtivas, independentemente das características do espaço em que estiverem, já que as relações capitalistas são favoráveis aos detentores dos meios de produção. Porém, a dificuldade de apropriar-se da terra e de subjuga-la é um entrave para a

avidez expansionista do capitalismo, dada a diferença qualitativa de sua instrumentalização para o trabalho (MARTINS, 1986).

Nesse sentido, o grande capital aciona estrategicamente a porção imaterial do território para contribuir na formação material do mesmo. Paulino (2015) aponta um discurso criado e veiculado pelo pacto político-midiático-oligárquico com a pretensão de mascarar o latifúndio, colocando-o como viabilizador do crescimento econômico e ambientalmente sustentável, inclusive forjando novos termos: surge o agronegócio desenvolvimentista acompanhado pela transformação de latifundiários em ruralistas – como se a simples troca de nomenclatura apagasse as práticas predatórias mantidas até hoje.

Além disso, este discurso transmite a imagem de modernização, de desenvolvimento, configurando uma via de mão dupla. Se o agronegócio traz a modernização, o seu antagonista carrega o fardo da irracionalidade econômica, do atraso, do velho que precisa ser renovado. Dessa forma, o agronegócio tenta escamotear os espaços de resistência depreciando o camponês, sabotando o imaginário social através da alienação e tentando enfraquecer a luta camponesa para facilitar a construção e manutenção de territórios capitalistas.

Estratégias de dominação capitalista e Resistência camponesa

Procura-se agora demonstrar a construção do território capitalista dos agrocombustíveis no Brasil a partir de revisão teórica, assim como a territorialização da Biovale, o funcionamento de seu território e as estratégias de conservação de poder através de discursos que legitimem seu modelo de produção. Para tal, analisa-se o Relatório de Sustentabilidade do ano de 2015, disponível no site da empresa¹⁰, e o histórico de assistência governamental que contribuiu para suas respectivas efetivações.

A ideia de produzir energia renovável proveniente de agrocombustíveis¹¹ foi o pilar da classificação da produção do óleo de palma como sustentável. Oliveira (2011) e Cafezeiro (2011) apontam programas federais que impulsionaram a introdução e progressão do biodiesel, tanto pelo incentivo ideológico a remodelação econômica agrícola quanto por

¹⁰ <http://www.biopalma.com.br/relatorio-sustentavel>. A Biovale se propôs a tornar público, anualmente, um relatório com dados e resultados do processo produtivo, mencionando elementos ambientais e sociais, desde a sustentabilidade até a incorporação de agricultores. Porém, apenas nos anos de 2014 e 2015 produziram tais documentos, sendo analisado aqui o relatório mais atual.

¹¹ “Biocombustível derivado de biomassa renovável para uso em motores à combustão interna com ignição por compressão ou, conforme regulamento, para geração de outro tipo de energia, que possa substituir parcial ou totalmente combustíveis de origem fóssil” (Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005 apud OLIVEIRA, 2011).

financiamentos. Considerando-os pontapé inicial de grandes mudanças que influenciaram a dinâmica territorial, destaca-se dois programas: PRONAF e PNDB.

Segundo Oliveira (2011), o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), substituiu, em 1995, o Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA) sob responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). O PRONAF passou a chamar o camponês de agricultor familiar, objetivando “atualizá-lo” a partir da alteração de aspectos do trabalho:

Seu objetivo primordial é “o fortalecimento das atividades desenvolvidas pelo produtor familiar, de forma a integrá-lo à cadeia de agronegócios, proporcionando-lhe aumento de renda e agregando valor ao produto e à propriedade, mediante a modernização do sistema produtivo, valorização do produtor rural e a profissionalização dos produtores” (OLIVEIRA, 2011, p. 47-48).

Já em 2005, o governo criou o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNDB) para implementar a produção sustentável deste produto, aliando concepções de responsabilidade ambiental e social, a fim de desenvolver, através da geração de emprego e renda, as regiões onde se localizam os cultivos de oleaginosas e a economia do país como um todo (OLIVEIRA, 2011). Cafezeiro (2011, p. 91) acrescenta a meta de “diminuir gradativamente o consumo de combustíveis geradores de gases-estufa e proporcionar a inclusão da pequena produção familiar na produção de matérias-primas para estas indústrias”.

Com sucessivas políticas públicas, financiamentos e linhas de crédito, o governo instalou com sucesso o projeto do agronegócio de iniciativa privada, sendo a Amazônia a portadora de mais de 170.000 hectares cultivados, com destaque para o Pará que atingiu 90% da produção nacional, segundo o Relatório da Biovale (2015). A empresa é responsável por todas as etapas produtivas, desenvolvendo tanto a produção primária nos campos da palma, quanto o refino industrial (Ibidem, 2015).

O Relatório ressalta ainda a contribuição para a economia do país ao diminuir a necessidade de importar o óleo de palma. Em 2015, a propriedade da Biovale era de aproximadamente 132 mil hectares, dos quais 56,5 mil foram cultivados, além de 6,5 mil hectares de plantio em parcelas camponesas, arrecadando uma receita bruta de 165,6 milhões de reais. A empresa informou que destinava também uma área de 95 mil hectares para preservação permanente da reserva natural.

Assim, a produção da oleaginosa ganhava corpo economicamente ao mesmo tempo em que se dizia ter responsabilidade ambiental, justificando os possíveis problemas pelo bem maior de produzir um substituto aos combustíveis fósseis.

Quanto à questão social, a empresa exibe os índices de geração de empregos e de desenvolvimento regional, através do melhoramento de estruturas logísticas no espaço, e da possibilidade de atração de novos empreendimentos para o Nordeste Paraense. Além disso, o Programa de Agricultura Familiar da Biovale (PAF) cumpre as exigências do Programa Selo Combustível Social¹², prestando assistência técnica rural e fornecendo mudas. Até 2015 houve a incorporação de 650 famílias, com financiamento do PRONAF-Eco Dendê, espalhadas pelos municípios de atuação da empresa. Assim, a Biovale remodela o território camponês significativamente, numa relação direta com o agricultor, incluindo-o mais ainda na lógica da dominação.

Todos esses argumentos se encaixam na teorização de Scott (2013 apud RIBEIRO, 2017) sobre as estratégias de dominação. Este autor aponta a existência de dois discursos contraditórios, a saber, o público e o oculto, analisando as práticas dos atores por trás deles. Para legitimar a dominação, o discurso público, constituído por quatro elementos (afirmação, ocultação, eufemização/estigmatização e unanimidade), seria a expressividade da fala dos dominantes.

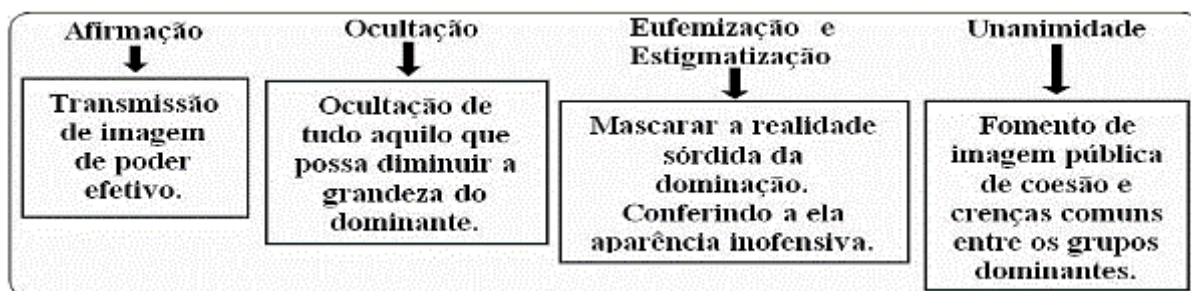


Figura 1: Discurso Público dos dominantes
 Fonte: Scott (2013). Adaptado por Ribeiro (2017, p. 35).

Dentre essas características, a ocultação e a eufemização/estigmatização se destacam no Relatório Sustentável da empresa. O próprio título do documento já impõe a ideia de

¹² “O selo social expressa a intenção do Governo Federal de incluir a pequena propriedade familiar como fornecedora de matérias-primas para a produção de biodiesel. (...) Cabe, nesta política, aos empresários usineiros a compra de parte da matéria-prima utilizada para a produção do biodiesel de pequenos produtores, o que garantirá às empresas acesso aos leilões da Petrobras e aos financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES).” (CAFEZEIRO, 2011, p.98)

prática sustentável que é reiterada nas descrições da produção agrícola: cultivo de dendê somente em áreas já degradadas por outros usos anteriores, terras de reserva legal maiores do que o prescrito por lei, valor positivo energético por reduzir o uso de combustíveis fósseis, troca da irrigação pela fertirrigação¹³ etc., tornando publico somente o que se deseja mostrar.

O discurso público da ocultação encobre fatos questionáveis da dominação. Um exemplo é a questão hídrica do alto consumo de água pelo dendezal¹⁴ e as implicações do uso de insumos químicos, que não estão explícitos no Relatório da empresa. É necessário abafar informações como estas pela sua capacidade de suscitar dúvidas sobre a viabilidade do agronegócio da palma e desmoralizar sua soberania territorial. Assim, a empresa forja um enunciado que precisa ser tornado público na tentativa de transmitir a imagem de que “a Biopalma tem por princípio atuar com o objetivo de deixar um legado social, econômico e ambiental positivo nos territórios onde opera” (Relatório Sustentável, 2015, p. 42).

Para aliviar a visão social depreciativa, a finalidade do discurso público da ocultação é tirar de cena o egoísmo que rege o território capitalista, centrado no lucro a todo custo. Mas, a hostilidade é percebida no envolvimento deste modelo produtivista com o pacote da Revolução Verde e a introdução de tecnologias para acelerar a produção. O capitalismo negligencia os aspectos ambientais, pois a urgência do lucro anda em direção oposta ao tempo da natureza. Assim, utiliza-se também o discurso público da eufemização/estigmatização para conferir uma feição aceitável ou admirável, para ações que, na verdade, são de exploração.

Na eufemização/estigmatização, entra em cena a justificação plausível da dominação, como no exemplo da afirmação de fortalecimento da agricultura familiar. Nesse caso, o camponês, pretensamente transformado em agricultor familiar, é o sujeito a ser introduzido na cadeia produtiva do agronegócio, logo, ele perde a essência da autonomia camponesa e necessita da parceria com as empresas para gerar frutos. Portanto, descaracteriza o sujeito para subjuga-lo, contextualizando-o numa realidade onde a relação de produção com o agronegócio seja vista pela sociedade como benéfica e necessária.

O relatório menciona que “a Biopalma faz o acompanhamento e fornece o suporte técnico necessário para o desenvolvimento da produção agrícola pelas famílias, uma vez que

¹³ A fertirrigação é uma prática inteligente de uso da água, reaproveitando o volume já usado para a realização de outros processos. A Biovale afirma que armazena e filtra a mesma água utilizada para a lavagem e descontaminação de equipamentos, reutilizando-a para a aplicação de defensivos no plantio.

¹⁴ A empresa alega que a utilização de água ocorre no processo industrial, pois a palma não prescinde de irrigação, mascarando, porém, a absorção realizada pelo cultivo que drena vários litros de água dada as dimensões do terreno da Biovale.

elas também cultivam outras culturas na mesma propriedade” (p. 42). Analisando essa informação, verifica-se a territorialização velada¹⁵ da inserção do agricultor por contrato, mudando hábitos históricos praticados por ele em sua parcela que continua em posse do camponês embora ele já não controle os objetos especializados como antes.

A afirmação de viabilização de desenvolvimento para a produção agrícola através do suporte técnico da empresa, desqualifica o conhecimento camponês, evidenciando o objetivo de modernizar a velha irracionalidade econômica. Além disso, ao mencionar a utilidade deste desenvolvimento não só para o dendê, mas para os outros cultivos, a empresa passa a ter a pretensão de ensinar o produtor o “jeito certo” de lidar com a roça (discurso contraditório, pois na prática a empresa, muitas vezes, não permite o cultivo simultâneo da roça e de dendê). A eufemização é acionada, nesse caso, para não só desviar da interpretação imoral sobre a dominação, mas também pra ratificar a ideia de melhorias trazidas pela empresa capitalista às comunidades, como visto a seguir:

A empresa estimula a inclusão social pela educação para o trabalho e desenvolvimento humano, o crescimento e a diversificação econômica segundo vocações locais, o fortalecimento institucional local, apoiando as instituições públicas responsáveis no planejamento de uma infraestrutura adequada, ao mesmo tempo em que contribui para a conservação dos ecossistemas, da biodiversidade e da herança cultural da região (Relatório Sustentável 2015, p. 21).

Os ruralistas e o agronegócio são “os protagonistas da voracidade territorial, sendo a Amazônia a bola da vez” (PAULINO, 2015, p. 12), logo, não podemos encarar a presença da Biovale na PA-140 como algo exterior às comunidades locais. A lógica capitalista da empresa, a utilização de agrotóxicos que envenenam o solo e o contingente de rios próximos, a compra de terras, o assalariamento de camponeses e a tentativa de integrá-los em uma cadeia produtiva de dendê, foram as formas de territorialização da Biovale identificadas nas falas dos moradores das comunidades. Está posto o campo de batalha entre territorialidades:

Não foi fácil não. Quando a Vale entrou aí muita gente endoidou por dinheiro. A Vale comprava o terreno por 20 mil das pessoas e depois o pessoal já tavam tudo liso, não tinham dinheiro mais não, acabou. Muitos colonos foram embora pra outro canto, não souberam usar a terra, venderam pra Vale. Eu conheço mais de 20 que

¹⁵ Diz-se velada não porque o indivíduo dominado não tenha percepção do processo e não sinta as consequências negativas, mas porque esse tipo de territorialização, a da incorporação à cadeia de produção de dendê, não expropria o camponês, mas concentra-se em “parasitar” a forma de uso da terra, modificando-a e desapropriando o sujeito da livre decisão sobre sua própria terra. Assim, também se configura como uma forma de monopolização do território pelo capital.

eram patrão e viraram empregado da Vale. Isso não é bom pra ninguém. Apesar de que falam que a Vale entrou aqui pra ajudar, o chamado progresso né, então o emprego veio, muita gente que não era documentado se documentaram, foram lá, arranjaram emprego e tão empregado. Mas, pelo outro lado, bagunçou. Aumentou a bandidagem, os igarapé também que começou a baixar água, até eu me preocupei, tem muita gente que é preocupada, e destruiu né a área de preservação dos matos aí (Morador do km 40, Trabalho de campo. Abril, 2017).

Assim, para não sofrer desterritorialização e enfrentar uma reterritorialização precária (simbólica e/ou material), os camponeses buscam formas estratégicas de resistir à expansão capitalista no campo. A resistência campesina definida por Scott (2002; 2013) prioriza os elementos cotidianos e sutis como formas de contraposição a uma dominação capitalista. Isso se dá, em geral, pelo contexto a que estão submetidos os camponeses, onde o modo de vida pode ser a maneira possível de expressar sua indignação e não sucumbir às imposições do sistema, o que demonstra também a assimetria entre os agentes territoriais. Para Scott (2002, p.12), “é a forma de resistência passiva, expressa através de sabotagens sutis, de não participação, de evasão e de engano” que compõe geralmente a ação desses grupos.

Há, então, um contra discurso que se restringe a manifestação no núcleo da família, dos amigos e expande-se entre os iguais, atingindo as comunidades (RIBEIRO, 2017), mas nunca atingindo a sociedade como um todo, como pretende o discurso público dos dominantes. Os sujeitos utilizam um discurso oculto, não divulgado por receio, porque entendem que declarar-se abertamente contra a situação de dominação poderia acarretar graves problemas. Logo, “o objetivo, afinal, da grande expressão da resistência camponesa não é diretamente derrubar ou transformar o sistema de dominação, mas, sobretudo, sobreviver – hoje, esta semana, esta estação – dentro dele” (SCOTT, 2013 apud RIBEIRO, 2017, p. 97).

Nas entrevistas foi possível identificar vários pontos de insatisfação com as consequências da instalação da empresa na região. Ouvimos relatos de vinte e uma pessoas: onze na Comunidade do Cravo, quatro no km 35 e seis em Nova Esperança. Em geral, nossas perguntas envolviam a continuidade da roça, as culturas plantadas no terreno familiar, a relação ou visão sobre a empresa e sobre o dendezal. O que mais chamou atenção foi o mesmo posicionamento negativo em relação ao plantio da palma.

Esta negação à cultura do dendê revela o entendimento sobre os malefícios desta atividade e a prioridade dada à unidade familiar a partir da opção por lavouras de alimentos para consumo próprio. A fala a seguir mostra a crítica ao uso de agrotóxicos e dos impactos:

olha, é difícil ver uma pessoa que tem terra pequena plantando dendê, primeiro porque estraga a terra. Quando alguém planta o dendê fica difícil mudar de cultura depois e tem que esperar uns 15, 20 anos pra poder plantar outra coisa. Segundo, porque o veneno que eles [a empresa] jogaram foi matando muita coisa. O cultivo de dendê não é vantajoso, porque o veneno mata tudo em volta, estraga a terra e também, como só existe uma empresa operando, eles [a empresa] só jogam o preço, porque não tem concorrência, então compram por um preço muito barato e não compensa (entrevista na Comunidade do Cravo, 14 de abril de 2017).

Ou seja, cultivar o dendê não é vantajoso para o camponês, porque sua produção tem rebatimento ambiental em relação a terra e a outros elementos da biodiversidade, causando, por exemplo, a poluição do igarapé pelos agrotóxicos utilizados na fertilização desta cultura. A diminuição do volume hídrico do igarapé e dos poços dos moradores também é atribuída aos campos da palma¹⁶, constituindo mais um impacto negativo que pesa na decisão do camponês sobre anexar-se a cadeia produtiva.

Seu Manduquinha, morador da Comunidade do Cravo, falou da progressiva diminuição do volume de água, formando bolsões de areia e lama, dificultando a utilização do igarapé. A chuva traz muita lama do dendezal para as comunidades, deixando o ramal mais “feio”, segundo ele. Além disso, economicamente falando, não foram mencionados ganhos para os pequenos produtores, porque a empresa, tendo um monopólio na região, determina o preço do dendê comprado do camponês a partir do jogo econômico produtivo global, imobilizando qualquer ação do agricultor quanto a isso.

Fabrini (2010, p. 81) expõe um elemento de exploração da integração ao reiterar que “a dependência de insumos, serviços, assistência técnica e conhecimentos produzidos por empresas capitalistas nacionais e transnacionais também poderá ser responsável pela subordinação dos camponeses inseridos na cadeia produtiva de agroenergia”, estancando a soberania alimentar já que a transformação da roça em dendezal seria imprescindível. Nas comunidades, os moradores não souberam informar a existência de famílias produzindo dendê, mas não se pode apresentar dados concretos acerca disso.

Quanto ao assalariamento, os posicionamentos se diferenciam. Alguns entendiam o trabalho na empresa como positivo pela segurança do recebimento de um salário com valor pré-estabelecido, mas a maioria exaltou a autonomia da agricultura camponesa e a

¹⁶ Ribeiro (2017, p. 59) ressalta o conhecimento camponês acerca do plantio de palmeiras, como o açáí, a pupunha e o coqueiro, cujas raízes são grandes e consomem muitos nutrientes. Logo, a lógica se aplica também a palma de dendê, através da ideia de que cada pé de palma consome 60 litros de água, de até 20 km de distância do local de cultivo, como afirmaram seu Noézinho, morador do ramal do Cravo, e seu Robertinho, do km 40.

possibilidade de criação de seus horários de trabalho, sem a rigidez da carga horária exigida pela empresa. Porém, um elemento precisa ser destacado como constante na fala dos que tinham algum parente trabalhando na empresa, e até mesmo daqueles que enxergavam no assalariamento uma fonte de renda segura: a reclamação quanto a questões de saúde e de condições de trabalho. A fala de Dona Teresa, mãe de dois assalariados da Biovale, mostra um aspecto das condições de trabalho na empresa:

Um trabalha no corte, o outro no carregamento. Pra eles [o trabalho] tá bom, só não tá muito bom porque fere tudo o pé deles né, dá aquele tal de roi-roi né, aquela coisa branca. Quando eles chego tem que andar na ponta do calcanhar, ai eu fiquei demais preocupada (Entrevista na Comunidade do km 40, Trabalho de campo. Abril, 2017).

Seu Robertinho, outro filho de dona Teresa, analisando as condições de vida dos irmãos e a pressão de ser empregado, explicou as vantagens de o agricultor trabalhar na sua própria roça e sustentar-se de forma autônoma, pois a Biovale não oferece salários que compensem as condições ruins de trabalho no dendezal.

Aliado a essas práticas cotidianas, tem-se o conhecimento camponês que surge como um arcabouço de ações que, efetivadas, realizam a permanência do modo de vida. Assim, a agricultura é um dos mais importantes elementos de resistência e o meio de transmissão do *habitus* de classe. Dona Ana, moradora do Cravo, contou o passo a passo da produção da farinha. Aposentada, não produz mais a mandioca, mas seu filho mantém a atividade, tem o retiro em casa e faz todos os processos produtivos da farinha, depois ele mesmo a vende.

A roça de policultura é o símbolo maior da luta contra o projeto do agronegócio monocultor, pois grita “não” a soberania enérgica e mantém a família como central, em volta de quem gira o eixo do *habitus* de classe e da conversação dos espaços de expressão do modo de vida camponês. O calendário agrícola, relatado por seu Jesus, mostra a riqueza do saber do agricultor, que recorda todos os períodos de plantio e colheita.

Por entender a agricultura de policultura como resistência, não só por recusar o modelo de monocultivo, mas por representar uma estratégia, uma forma de subsistência para não depender de condições externas, apresenta-se abaixo um diagrama geral das famílias nas três comunidades, destacando a diversidade das culturas mantidas pelos agricultores.

FAMÍLIAS	CULTIVOS ANUAIS/ROÇA							CULTIVOS PERMANENTES				
	MANDIOCA	PIMENTA DO REINO	MILHO	ABACAXI	ARROZ	FEIJÃO	OUTROS	BANANA	CACAU	AÇAÍ	COCO	OUTROS
Noézinho e Rose	x	x	x	x			MARACUJA JERIMUM MACAXEIRA	x				PUPUNHA
Eurides e Jesus	x	x	x	x	x	x	JERIMUM MACAXEIRA MELANCIA	x	x	x	x	PUPUNHA LARANJA LIMÃO JATOBÁ MANGA MAMÃO
Teresa e Robertinho	x	x	x				MARACUJA			x		PUPUNHA
Maria Nila	x	x	x	x		x	MARACUJA JERIMUM MACAXEIRA	x	x		x	PUPUNHA ACEROLA MANGA
Jacilma		x				x	MARACUJA JERIMUM MACAXEIRA	x	x	x	x	PUPUNHA LARANJA ACEROLA MANGA CAJU
Assunta Conceição	x	x	x	x	x	x	MARACUJA JERIMUM MACAXEIRA BATATA-DOCE CANA PIMENTÃO CHEIRO-VERDE PEPINO MAXINE QUITIBO	x	x	x	x	ACEROLA ABACATE LARANJA LIMÃO MANGA CUPUAÇU LIMA CAJU INGA MAMÃO ABACATE JAMBO BACURI GOIABA JACA

Figura 2: Tabela dos plantios familiares
 Fonte: Lyara Brito, Trabalho de Campo. Agosto/2017.

Cita-se também, no seio desta disputa territorial, a organização de Associações que agem na viabilização de condições melhores para a venda do excedente, desviando-se da figura do atravessador. As observações nos levaram a concluir que as duas mais atuantes nas comunidades são a ABAA (Associação Bujaruense de Agricultores e Agricultoras) e a ASPRUNE (Associação de Produtores Rurais Nova Esperança). Durante os trabalhos de campo não conseguimos contatar representantes da ABAA, mas conversamos com dona Jacilma, moradora do km 40, que explicou a história da fundação da ASPRUNE, o modo de ação da associação e os acordos de venda com a prefeitura para a merenda escolar.

Hoje, a ASPRUNE tem uma estrutura para processamento dos produtos e fabricação de polpa que garante maior autonomia para os agricultores. Dona Jacilma explicou que os associados trabalham com fruticultura, com produção de polpa, com artesanato, com horticultura, com apicultura e avicultura, com o frango caipirão, e, por isso, tem feito frente à expansão do dendê na comunidade Nova Esperança. Quando questionada sobre o dendê, dona Jacilma afirmou: “Nós somos resistentes à cultura do dendê. Nenhum de nós produzimos dendê, nenhum!”. E finalizou dizendo que a luta era árdua, mas que insistindo venceriam.

O conhecimento camponês revela-se então como uma defesa simbólico-cultural das práticas do *habitus* de classe, resistindo à descaracterização do sujeito pretendida pelo

PRONAF e pela empresa. Assim, o território camponês se defende da sobreposição territorial da Biovale, manifestando-se como discurso oculto. Ribeiro (2017) também destaca a teia de informações que se formam nas comunidades a partir das fofocas, gestos e discursos, fazendo circular ideias de pessoa em pessoa – uma história de alguém que plantou dendê, mas não melhorou a renda ou que trabalhava na empresa em condições ruins – até que todos saibam do ocorrido, formem uma opinião semelhante e também recusem a integração por contrato e o assalariamento.

Considerações finais

A conjuntura política e socioeconômica vigente na atual etapa do capitalismo é favorável à sobreposição do território camponês pelo território capitalista. O macro contexto das desigualdades sociais responde a indagação feita por Souza (1995 apud 2008, p. 60): *quem domina ou influencia quem nesse espaço, e como?* Diante disso, a luta e a resistência camponesa são imprescindíveis para o camponês e tem surtido efeito, caminhando na contramão. Ainda que submetido pelo capitalismo e pela propagação do latifúndio na figura do agronegócio, o campesinato tenta se esquivar desta dominação, para manter-se autônomo.

No embate com o agronegócio do dendê, a manutenção do *habitus* de classe é essencial para garantir o controle territorial e a autonomia que, ao mesmo tempo, pressupõe a própria possibilidade de reprodução enquanto classe. Em outras palavras, o modo de vida é a territorialidade do camponês, pois é capaz de imprimir a relação com a terra no espaço, assegurando o lugar do *habitus* de classe que, por sua vez, demarca territórios através dos laços camponeses de sociabilidades, reciprocidades, da família, do trabalho e da terra.

Sendo o capitalismo um sistema contraditório que utiliza antagonismos para se reproduzir, ora abarcando-os ora transformando-os, o seu desenvolvimento no campo impõe a necessidade de manutenção de questões essencialmente não capitalistas (OLIVEIRA, 1996), dentre as quais se encontra o campesinato e a agricultura sobretudo de subsistência. Todavia, a existência do camponês não se restringe a sua reprodução pelo capitalismo que o mantém para explorá-lo. É na sua resistência contra tal subordinação (principalmente a proletarização) que o camponês mantém seu modo de vida (VERGÉS, 2011) e torna-se também um entrave para a expansão do capital no campo.

Assim, o campesinato é entendido como

uma organização social específica que ora serve aos interesses capitalistas, ora lhes é contraditória. O modo de vida camponês apresenta simultaneamente uma relação de subordinação e estranhamento com a sociedade capitalista. Se, por um lado, o mercado domina o campesinato, por outro, ele não o organiza (TAUSSIG, 1980 apud MARQUES, 2008, p. 59).

As relações com o mercado capitalista existem enquanto formas que os sujeitos têm de suprir necessidades, seja na compra de itens que não produzem ou na venda de seus excedentes, porém, elas se limitam a um processo complementar, mas não central. Através da preservação do cultivo de culturas voltadas para a alimentação principalmente de consumo próprio (roça campesina de policultura), da análise de que é melhor trabalhar na sua própria terra sem subordinar-se a um patrão que cobra trabalho ainda que não ofereça condições ideais – isso inclui a propensão à problemas de saúde –, da rejeição do dindê na integração por contrato e da criação de associações, é que o campesinato das Comunidades do Cravo, do Km 35 e do Km 40, situadas ao longo da PA-140, resiste às investidas do capital, muitas vezes disfarçadas de desenvolvimento, e constrói a conservação do *habitus* de classe.

Os conflitos socioeconômicos, com rebatimento direto no modo de vida dos camponeses, estão presentes no cotidiano das três comunidades estudadas. As estratégias de resistência e de reprodução social precisam ser pesquisadas, analisadas e compreendidas para que não se cometa o erro de encerrar o camponês à morte, ao sufocamento pelos agentes do grande capital, pois “é a própria tentativa de manter a tradição camponesa que torna o camponês um revolucionário” (ALMEIDA, 2006, p. 83). Para manter-se vivo, o camponês resiste e luta pelo seu território utilizando mecanismos de sua própria reprodução como tal, cujo entendimento foi a pretensão deste trabalho.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Classe camponesa e habitus específico: identidade e distinção no campo.** AVEPALAVRA: Revista de Letras. Câmpus de Alto Araguaia-UNEMAT-MT, pp 22-63, nº5, 2001/2004.

_____. **(Re) criação do campesinato, identidade e distinção: A luta pela terra e o habitus de classe.** São Paulo: editora Unesp, 2006.

CAFEZEIRO, Marília Leite. O programa Selo Combustível Social no coração do agronegócio brasileiro: primeiras reflexões. In: BERNARDES, Julia Adão; ARACRI, Luís Angelo dos Santos. (Orgs). **Novas fronteiras do biodiesel na Amazônia: limites e desafios da**

incorporação da pequena produção agrícola. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2011, p. 91-102.

COSME, Claudemir Martins. **(Re) criação do campesinato, identidade e distinção**: A luta pela terra e o *habitus* de classe – Resenha. Revista de Geografia (UFPE) V. 31, No. 1, 2014.

FABRINI, J. E. O campesinato frente a expansão do agronegócio e do agrocombustível. *In*: SAQUET, M. A., SANTOS, R. A. (Orgs.) **Geografia agrária, território e desenvolvimento**. 1ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 55-88.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. Sobre territórios, escalas, e responsabilidade. *In*: HEIDRICH, Álvaro Luiz; COSTA, Benhur Pinósdá; PIRES, Cláudia Luísa Z.; UEDA, Vanda. (orgs.). **A emergência da multiterritorialidade**: A ressignificação da relação do humano com o espaço. Canoas: Editora Ulbra; Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. 37-46 p.

HAESBAERT, Rógério. **Viver no limite**: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. A atualidade do uso do conceito de camponês, **Revista Nera**, Presidente Prudente: Unesp, ano 11, n. 12, p. 57-67, jan./jun. 2008.

MARTINS, José de Souza. A sujeição da renda da terra ao capital e o novo sentido da luta pela reforma agrária. *In*: **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 3ed. Petrópolis: Vozes, 1986, p. 151-177.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Agricultura camponesa no Brasil**. 2 e. São Paulo: Contexto, 1996.

_____. Os agrocombustíveis e os dilemas da agricultura camponesa e familiar. *In*: BERNARDES, Julia Adão; ARACRI, Luís Angelo dos Santos. (Orgs.). **Novas fronteiras do biodiesel na Amazônia**: limites e desafios da incorporação da pequena produção agrícola. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2011, p. 47-76.

PAULINO, Eliane Tomiasi. Questão agrária: lutas, conflitos territoriais e contradições sociais no mundo do século XXI. *In*: JÚNIOR, Marco Antonio Mitidiero; GARCIA, Maria Franco; VIANA, Pedro Costa Guedes. (orgs.). **A questão agrária no século XXI**: escalas, dinâmicas e conflitos territoriais. 1ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015, p. 9-24.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

_____. “Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. *In*: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. (orgs.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. 1ed. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008. p. 57-72.

SCOTT, James C. Formas cotidianas de resistência camponesa. **Raízes**, Campina Grande, vol. 21, nº 1, p. 10-31, jan./jun. 2002.

VERGÉS, Armando Bartra. Os novos camponeses: leituras a partir do México Profundo. Tradução: Maria Angélica Pandolfi. São Paulo: Cultura Acadêmica; Cátedra Unesco de Educação do Campo e Desenvolvimento Rural, 2011.